VERA CECÍLIA MONTEIRO DE BARROS

**Previsibilidade do Dano Contratual como Critério Limitador de
Responsabilidade no Direito do Comércio Internacional**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Doutor José Carlos de Magalhães

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

VERA CECÍLIA MONTEIRO DE BARROS

**Previsibilidade do Dano Contratual como Critério Limitador de
Responsabilidade no Direito do Comércio Internacional**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção de título de Doutora em Direito, na área de concentração de Direito Internacional, sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos de Magalhães.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

Catalogação da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Monteiro de Barros, Vera Cecília.

Previsibilidade do Dano Contratual como Critério Limitador de Responsabilidade no Direito do Comércio Internacional / Vera Cecília Monteiro de Barros; orientador José Carlos de Magalhães – São Paulo, 2017.

237p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Previsibilidade. 2. Dano contratual. 3. Limitação de responsabilidade. 4. CISG. 5. Comércio Internacional. I. Magalhães, José Carlos de., orientador. II. Título

AGRADECIMENTOS

Foi longo e difícil o caminho até aqui, mas é grande a satisfação de ver este sonho realizado. Gostaria de agradecer imensamente a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo.

Primeiramente, agradeço ao querido professor doutor José Carlos de Magalhães, que me deu a honra de ser o meu orientador no doutorado e que durante todo esse longo processo sempre esteve disposto a conversar, trocar ideias e compartilhar seus conhecimentos. Se já o admirava e o respeitava como grande jurista, os anos de convívio também permitiram reconhecê-lo como uma pessoa adorável. Fico feliz de poder dizer que hoje, além de um verdadeiro mestre, o tenho como um grande amigo.

Deixo meu especial agradecimento à professora Selma Lemes, que me inspira e serve de exemplo, e que me amparou e incentivou em todos os momentos. Mais uma vez, sem seu apoio, paciência e amizade certamente eu não teria conseguido realizar este sonho.

Também deixo um agradecimento especial à Debora Visconte, amiga querida, sempre disposta a ajudar, e com quem eu pude compartilhar todas as agruras do doutorado.

Agradeço aos professores Francisco Marino e José Augusto Fontoura, pelos pertinentes comentários e pelo correto direcionamento da tese durante a minha banca de qualificação. E ainda ao professor Fontoura, por me receber na faculdade, me emprestar livros e gentilmente discutir comigo diversas dúvidas que surgiram na elaboração final deste estudo.

Agradeço imensamente aos queridos amigos e grandes civilistas, Giovanni Nanni, Cristiano Zanetti e José Emílio Nunes Pinto, que me abriram as portas de seus escritórios, dividiram conhecimentos e me forneceram valioso material de pesquisa. E nesse seleto grupo de grandes civilistas, não poderia deixar de agradecer profundamente à professora Judith Martins-Costa, que até por *skype* me deu a honra de poder desfrutar de seu conhecimento, e gentilmente me abriu as portas de sua magnífica biblioteca em Canela, RS. Uma experiência inesquecível.

Agradeço também ao professor Wagner Menezes, que me orientou no mestrado e certamente me deu a base e a confiança necessárias para o doutorado.

Gostaria ainda de agradecer a Letícia Abdalla, Nathalia Mazzonetto, Paula Chisté, Claudia Faria Lima e Ana Carolina Carvalho, pela ajuda e, especialmente, pela amizade e apoio, e a Fernanda Nemr e Gabriela Lenora Pieniak, pelo auxílio no levantamento e análise das decisões que envolveram o art. 74 da CISG.

Por fim, registro meus agradecimentos aos meus pais, meus irmãos, meus cunhados e aos meus queridos amigos, pelo apoio, pelo incentivo, pelo amor e pelas alegrias que sempre me proporcionaram.

Aos meus pais.

Aos meus irmãos.

À Julia, com amor.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes.”

(Marthin Luther King)

MONTEIRO DE BARROS, Vera Cecília. **Previsibilidade do dano contratual como critério limitador de responsabilidade no Direito do Comércio Internacional**. 237p. Tese (Doutorado em Direito Internacional) – Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2017.

RESUMO

O objetivo central desta tese é avaliar se a regra da previsibilidade do dano contratual ressarcível é um método eficaz de limitação dos danos e se atende às exigências modernas do Comércio Internacional. Para o perfeito enquadramento e contextualização do tema central deste estudo, apresenta-se inicialmente a origem histórica do critério da previsibilidade do dano no campo da responsabilidade contratual, e faz-se uma análise do alcance do princípio da reparação integral do dano e do princípio geral de ressarcimento de dano no Direito romano. Em seguida, realiza-se um breve exame do Direito Contratual na França até o século XVI, bem como uma análise do ressarcimento do dano nas obras de Dumoulin, Domat e Pothier e, para encerrar a parte histórica, analisa-se o Código Civil francês e a obrigação de ressarcimento. Ato contínuo, adentra-se a fundo nas noções gerais e nuances da regra da previsibilidade do dano, verificando-se, inicialmente, o sentido geral da limitação. Em seguida, analisa-se a teoria do fim tutelado pelo contrato e os fundamentos (contratual e econômico) do critério da previsibilidade. Feito isso, são avaliados o objeto e o momento da previsibilidade e, após, a (não) limitação de responsabilidade ao devedor doloso. Na sequência, estuda-se a adoção da previsibilidade do dano contratual como critério limitador do ressarcimento nos sistemas domésticos e em alguns dos principais instrumentos internacionais de uniformização do direito europeu, quais sejam, nos Princípios de Direito Europeu dos Contratos (PECL), no *Draft Common Frame of Reference* (DCFR), no *Common European Sales Law* (CESL) e no Projeto do Código Europeu dos Contratos. Em seguida analisa-se dois dos principais instrumentos de harmonização normativa do Comércio Internacional: os princípios do *International Institute for the Unification of Private Law* (Unidroit) e, mais profundamente, a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG), que hoje é referência normativa para os contratos internacionais entre signatários, os quais representam dois terços do comércio mundial. E, por fim, faz-se a análise econômica da regra da previsibilidade com o objetivo, primeiramente, de se verificar se, de fato, ela promove eficiência econômica e se a sua previsão influencia o comportamento das partes, incentivando a revelação de informações relevantes. E, na medida em que a previsibilidade do dano é um conceito jurídico indeterminado, cujo desafio da doutrina e especialmente da jurisprudência é dar a ele contornos mais concretos e objetivos, analisa-se decisões judiciais e arbitrais que aplicaram e interpretaram a regra da previsibilidade do dano no âmbito da CISG para, depois, avaliar, também mediante a análise econômica do Direito, a forma como o posicionamento de juízes e árbitros sobre a referida regra afeta os custos de transação dos negócios comerciais internacionais.

Palavras-chave: Previsibilidade. Dano contratual. Limitação. Responsabilidade. CISG. Comércio Internacional.

MONTEIRO DE BARROS, Vera Cecília. **Foreseeability of Contractual Damage as a Limiting Liability Criteria in International Trade Law**. 237p. Thesis (Doctorate in International Law) – International Law Department of the Law School of University of São Paulo – USP. São Paulo, 2017.

ABSTRACT

The main purpose of the thesis herein is to evaluate if the foreseeability rule regarding refundable contractual damage is an effective method of damages limitation and whether it attends the modern International Trade requirements. For the perfect framing and contextualization of the central theme of this study, it is initially presented the historical origin of the damage foreseeability criteria in the field of contractual liability and an analysis is made of the scope of the principle of full compensation for damage and of the general principle of compensation in Roman Law. Then, a brief examination of the Contract Law in France until the sixteenth century is carried out, as well as an analysis of reparation of damages in the works of Dumoulin, Domat and Pothier and, to close the historical part, the French Civil Code and the obligation to make reparation are also analyzed. Subsequently, it goes deeper into the general notions and nuances of the foreseeability damage rule, initially finding the general meaning of the limitation. Next, we analyze the theory of the purpose protected by the contract and the fundamentals (contractual and economic) of the criteria of foreseeability. Later, the object and the moment of foreseeability are evaluated, as well as the (non) limitation of liability to the intentional debtor. Following, it is herein studied the adoption of foreseeability of contractual damage as a limiting criterion for reimbursement in domestic systems and in some of the main international instruments for the standardization of European law, namely in the European Contract Law Principles (ECLP), in the Draft Common Frame of Reference (DCFR), in Common European Sales Law (CESL) and in the Draft of the European Code of Contracts. Two main instruments of normative harmonization of international trade are discussed below: the principles of the International Institute for the Unification of Private Law (Unidroit) and, more profoundly, the United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG), which is currently the normative reference for international contracts among signatories, which represent two-thirds of world trade. Finally, the economic analysis of the foreseeability rule is carried out, initially, in order to verify whether it promotes economic efficiency and whether its prediction influences the behavior of the parties, encouraging the disclosure of relevant information. And insofar as the damage foreseeability is an indeterminate legal concept, whose challenge in the doctrine and especially the jurisprudence is to give it more concrete and objective outlines, we analyze judicial and arbitral decisions that applied and interpreted the rule of foreseeability within the scope of the CISG, in order to afterwards assess, also upon the economic analysis of the Law, how the position of judges and arbitrators on such rule affects the transaction costs of international business.

Keywords: Foreseeability. Contract damage. Limitation. Liability. CISG. International Trade.

MONTEIRO DE BARROS, Vera Cecília. **Prévisibilité des dommages contractuels comme critère limitant du droit commercial international**. 237p. Thèse (Doctorat en Droit International) - Département du droit international de l'université de São Paulo – USP. São Paulo 2017

RÉSUMÉ

L'objectif principal de cette thèse est d'évaluer si la règle de prévisibilité du dommage contractuel indemnisable est une méthode efficace de limitation des dégâts et répond aux exigences modernes du commerce international. Pour le cadrage parfait et contextualisation du thème central de cette étude, nous présentons d'abord l'origine historique du critère de prévisibilité du dommage dans le domaine de la responsabilité contractuelle et faisons une analyse de la portée du principe de la réparation intégrale du dommage et du principe général de remboursement dans le droit romain. Puis il y aura un bref examen du droit des contrats en France jusqu'au XVI^e siècle, ainsi que l'analyse de compensation de dommages dans les œuvres de Dumoulin, Domat et Pothier, et pour terminer la partie historique, nous procédons à l'analyse du code civil français et l'obligation de remboursement. Dans la même foulée, nous analysons à fond les notions générales et les nuances de la règle de la prévisibilité des dommages, tout en vérifiant, d'abord, le sens général de la limitation. Ensuite, nous analysons la théorie de la fin prévue par le contrat et les fondements (contractuels et économiques) du critère de prévisibilité. Cela fait, sont évalués l'objet et la durée de prévisibilité et après la (non) limitation de la responsabilité du débiteur agissant dolosivement. Dans la séquence, nous étudions l'adoption de la prévisibilité des dommages contractuels comme critère limitant du remboursement dans les systèmes nationaux et certains des principaux instruments internationaux d'uniformisation du droit européen, soit dans les Principes du Droit Européen des Contrats (PECL), dans le projet de Cadre Commun de Référence, le Droit Commun Européen de la Vente (CESL) et dans le projet du Code Européen des Contrats. Ensuite, nous analysons deux des principaux instruments d'harmonisation des règles du commerce international: les Principes de l'Institut international pour l'unification du Droit Privé (Unidroit) et, plus profondément, la Convention des Nations Unies sur les contrats d'achat et la vente internationale de marchandises (CISG), qui est actuellement la référence normative pour les contrats internationaux entre les signataires, qui représentent les deux tiers du commerce mondial. Et enfin, nous procédons à l'analyse économique de la règle de la prévisibilité, dans le but de vérifier d'abord si, de fait, elle promeut l'efficacité économique et si sa prévision influe sur le comportement des parties, en encourageant la divulgation des informations pertinentes. Et dans la mesure où la prévisibilité des dommages est une notion juridique indéterminée, dont le défis de la doctrine et surtout de la jurisprudence est de lui donner des contours plus concrets et objectifs, nous analysons les décisions judiciaires et arbitrales qui ont appliqué et interprété la règle de prévisibilité des dommages dans le cadre de la CISG pour ensuite évaluer, également, par l'analyse économique du droit, comment la position des juges et arbitres de cette règle affecte les coûts de transaction des affaires commerciales internationales.

Mots-clés: Prévisibilité. Dommage Contractuel. Limitation. Responsabilité. CISG. Commerce International.

SIGLAS E ABREVIATURAS

BGB	<i>Bürgerliches Gesetzbuch</i>
CESL	<i>Common European Sales Law</i>
CISG	Convenção de Viena das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias
CLOUT	<i>Case Law on Uncitral Texts</i>
DCFR	<i>Draft Common Frame of Reference</i>
PECL	Princípios de Direito Europeu dos Contratos
ULF	Lei Uniforme sobre a Formação dos Contratos de Venda Internacional de Mercadorias
ULIS	Lei Uniforme sobre a Venda Internacional de Mercadorias
UNCITRAL	Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional
UNIDROIT	<i>International Institute for the Unification of Private Law</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 ORIGEM HISTÓRICA DO CRITÉRIO DA PREVISIBILIDADE NO CAMPO DA RESPONSABILIDADE CONTRATUAL	23
1.1 O ALCANCE DO PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO	23
1.2 O PRINCÍPIO GERAL DE RESSARCIMENTO DO DANO NO DIREITO ROMANO.....	26
1.3 O DIREITO CONTRATUAL NA FRANÇA ATÉ O SÉCULO XVI	31
1.4 DUMOULIN E DOMAT E O DANO PREVISÍVEL.....	33
1.5 O RESSARCIMENTO DO DANO NA OBRA DE POTHIER.....	40
1.6 O CÓDIGO CIVIL FRANCÊS E A OBRIGAÇÃO DE RESSARCIMENTO.....	47
2 A PREVISIBILIDADE DO DANO CONTRATUAL COMO CRITÉRIO LIMITADOR DE RESPONSABILIDADE.....	51
2.1 A PREVISIBILIDADE DO DANO E O PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL	51
2.2 O SENTIDO GERAL DA LIMITAÇÃO: PREVISIBILIDADE, CULPA E CAUSALIDADE	53
2.3 A TEORIA DO FIM TUTELADO PELO CONTRATO	65
2.4 OS FUNDAMENTOS DO CRITÉRIO DA PREVISIBILIDADE DO DANO	69
2.4.1 O fundamento contratual	69
2.4.2 O fundamento econômico.....	72
2.5 OBJETO DA PREVISIBILIDADE: CAUSA DO DANO E/OU SUA QUANTIA? ...	74
2.6 MOMENTO DA PREVISIBILIDADE	76
2.7 A (NÃO) LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AO DEVEDOR DOLOSO	77
2.8 A ADOÇÃO DA REGRA DA PREVISIBILIDADE DO DANO COMO CRITÉRIO LIMITADOR DO RESSARCIMENTO DO DANO CONTRATUAL NOS SISTEMAS DOMÉSTICOS.....	79
2.9 A ADOÇÃO DA REGRA DA PREVISIBILIDADE DO DANO COMO CRITÉRIO LIMITADOR DO RESSARCIMENTO DO DANO CONTRATUAL NOS INSTRUMENTOS DE UNIFORMIZAÇÃO	87
2.9.1 A previsibilidade do dano nos Princípios do Direito Europeu dos Contratos (PECL)	87
2.9.2 A previsibilidade do dano no <i>Draft Common Frame of Reference (DCFR)</i>	89
2.9.3 A previsibilidade do dano no <i>Common European Sales Law (CESL)</i>	90
2.9.4 O projeto do Código Europeu dos Contratos.....	92
3 A PREVISIBILIDADE DO DANO CONTRATUAL COMO CRITÉRIO LIMITADOR DE RESPONSABILIDADE NO DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	95
3.1 A HARMONIZAÇÃO DO DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	95
3.2 A CISG E SEU ÂMBITO DE APLICAÇÃO	96
3.3 AS REGRAS REFERENTES À INTERPRETAÇÃO DA CISG	99
3.3.1 O art. 7º da CISG	99
3.3.2 O art. 8º da CISG	104
3.4 O ART. 74 DA CISG.....	106
3.5 A PREVISIBILIDADE DO DANO NA CISG	109
3.5.1 Origem da regra da previsibilidade	110

3.5.2 Os padrões objetivo e subjetivo da regra da previsibilidade	111
3.5.3 O propósito de distribuição de risco.....	113
3.5.4 As diferenças da regra da previsibilidade do dano inserida na CISG e a <i>contemplation rule</i> anglo-americana.....	115
3.5.5 O momento decisivo para determinação da previsibilidade	116
3.5.6 Objeto da previsibilidade	118
3.5.7 O que considerar para se buscar a perda que a parte inadimplente tinha ou deveria ter previsto	120
3.5.8 A limitação de responsabilidade ao devedor doloso	123
3.5.9 Ônus da prova	123
3.6 A PREVISIBILIDADE DO DANO NOS PRINCÍPIOS UNIDROIT RELATIVOS AOS CONTRATOS COMERCIAIS INTERNACIONAIS	124
4 A PREVISIBILIDADE DO DANO CONTRATUAL COMO CRITÉRIO LIMITADOR DA RESPONSABILIDADE SOB O ENFOQUE DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO.....	131
4.1 A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO.....	131
4.2 O SISTEMA JURÍDICO COMO INSTITUIÇÃO ECONÔMICA.....	134
4.3 O SISTEMA JURÍDICO E OS REFLEXOS NOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO	136
4.4 O PROBLEMA DA ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES	141
4.5 A ECONOMIA DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL	143
4.6 A EFICIÊNCIA ECONÔMICA DA REGRA DA PREVISIBILIDADE	146
4.6.1 Os pressupostos do modelo econômico da regra da previsibilidade	148
4.6.2 O resultado eficiente	150
4.6.3 As principais normas contratuais aplicáveis	151
4.6.4 O significado econômico da regra da responsabilidade limitada aos danos previstos ou previsíveis	155
4.6.5 As vantagens de eficiência da regra de limitação de responsabilidade aos danos previstos ou previsíveis.....	156
4.6.6 A vantagem da regra de responsabilidade contratual plena.....	159
4.6.7 As consequências da análise econômica para a compreensão das regras jurídicas em jogo	161
4.6.8 A eficiência da regra da previsibilidade do dano fora do modelo básico.....	163
4.7 O POSICIONAMENTO DE JUÍZES E ÁRBITROS SOBRE A PREVISIBILIDADE DO DANO NO ÂMBITO DA CISG SOB A ÓTICA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	168
4.7.1 Análise das decisões judiciais e arbitrais que aplicaram e interpretaram a regra da previsibilidade do dano contratual no âmbito da CISG	171
4.7.2 Tentativa de identificação de tipos de casos na aplicação da regra da previsibilidade do dano contratual no âmbito da CISG.....	186
4.7.3 Reflexões sobre a utilidade e a conveniência das iniciativas de sistematizar as decisões judiciais e arbitrais que aplicaram a regra da previsibilidade do dano contratual no âmbito da CISG e de identificar tipos de casos	188
4.7.4 O posicionamento de juízes e árbitros e seus reflexos nos custos de transação dos negócios comerciais internacionais	191
CONCLUSÃO	195
REFERÊNCIAS.....	205
ANEXO	221

INTRODUÇÃO

É normalmente aceito que não seria razoável responsabilizar a parte inadimplente a indenizar o credor, indistintamente, por todas as perdas que o não cumprimento de sua obrigação lhe tenha ocasionado. Caso muito discutido neste contexto é o de um alfaiate que não consegue, no tempo designado, entregar as roupas para o seu cliente que vai viajar. Por esse motivo o cliente é obrigado a pegar um trem mais tarde que o previsto inicialmente e acaba sendo vítima de um acidente. Outro caso discutido é o do “menino do boliche”, que é ferido por uma bola de boliche quando está trabalhando até tarde da noite, fora do horário de trabalho devidamente regulamentado.

Diversos critérios são estudados e utilizados na tentativa de se fixar a responsabilidade do devedor em casos como estes. O critério que ganhou maior aceitação internacional quanto à limitação da responsabilidade do devedor é o da previsibilidade do dano, o qual possui uma história curiosa. Insatisfeito com as complexidades que rodeavam o conceito de *quod interest*, Justiniano emanou uma norma (C.7.47.1), segundo a qual o interesse não devia exceder o dobro do valor do objeto. Ele introduziu, dessa forma, um limite arbitrário sobre os danos. O texto, da forma como foi redigido, gerava muitas dúvidas e desafiava as habilidades interpretativas de várias gerações de advogados.

Para tentar resolver as dúvidas que pairavam na interpretação do C.7.47.1, Charles Dumoulin tratou pela primeira vez de racionalizar a limitação legal do dano em termos de previsibilidade. E, mais tarde, Robert Joseph Pothier generalizou a ideia e a separou da norma justiniana : “*le débiteur n’est tenu que des dommages et intérêts qu’on a pu prévoir, lors du contract, que le créancier pourrait souffrir de l’inexécution de l’obligation*”. Como era de se esperar, o Código Civil francês seguiu essa corrente, assim como o fizeram os tribunais na Inglaterra (caso Hadley v. Baxendale).

Tendo em vista que o critério da previsibilidade do dano foi adotado não somente nos países de *commow law*, como também em diversos sistemas jurídicos de direito codificado, por influência francesa, os redatores dos instrumentos internacionais que visam à harmonização do direito em nível regional e também supranacional viram-se incentivados a adotar o referido critério de limitação de responsabilidade.

A doutrina alemã rechaçou, em princípio, o critério da previsibilidade por se opor à ideia de ressarcimento integral do dano, mas finalmente acabou adotando uma teoria

similar, proposta por Ernst Rabel, a partir da ideia de “âmbito de proteção do contrato”. De acordo com tal doutrina, o propósito da obrigação assumida no contrato determina o alcance da responsabilidade do devedor, enquanto que as consequências que não se inserem dentro do âmbito de proteção do contrato não podem ser a ele atribuídas.

Diante da ampla adoção internacional do critério da previsibilidade do dano contratual para limitar a responsabilidade do devedor, e especialmente diante da adoção de referido critério no Direito do Comércio Internacional, pretende-se aqui analisar o que de fato vem a ser a exigência da previsibilidade do dano e a forma como tal regra é interpretada e aplicada tanto pela doutrina como pela jurisprudência. O objetivo central deste estudo é avaliar se a regra da previsibilidade do dano contratual ressarcível é um método eficaz de limitação dos danos e se atende às exigências modernas do comércio internacional.

Antes, contudo, para o perfeito enquadramento e contextualização do tema central deste estudo, será apresentada a origem histórica do critério da previsibilidade do dano no campo da responsabilidade contratual. Primeiramente será analisado o alcance do princípio da reparação integral do dano e o princípio geral de ressarcimento do dano no Direito romano. Em seguida, se fará um breve exame do direito contratual na França até o século XVI. Após, se fará uma análise do ressarcimento do dano nas obras de Dumoulin, Domat e Pothier e, para encerrar a parte histórica, se analisará o Código Civil francês e a obrigação de ressarcimento.

Ato contínuo se adentrará a fundo nas noções gerais e nuances da regra da previsibilidade do dano, verificando-se, inicialmente, o sentido geral da limitação. Em seguida se analisará a teoria do fim tutelado pelo contrato e os fundamentos (contratual e econômico) do critério da previsibilidade. Feito isso, serão avaliados o objeto e o momento da previsibilidade e, após, a (não) limitação de responsabilidade ao devedor doloso.

Na sequência será analisada a adoção da regra da previsibilidade do dano como critério limitador do ressarcimento do dano contratual nos sistemas domésticos e em alguns dos principais instrumentos internacionais de uniformização do direito europeu, quais sejam, nos Princípios de Direito Europeu dos Contratos (PECL), no *Draft Common Frame of Reference* (DCFR), no *Common European Sales Law* (CESL) e no Projeto do Código Europeu dos Contratos.

Em seguida serão analisados dois dos principais instrumentos de harmonização do Direito do Comércio Internacional: os princípios do *International Institute for the Unification of Private Law* (Unidroit) e, mais profundamente, a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG), que hoje é referência normativa para os contratos internacionais entre signatários que representam dois terços do comércio mundial, crescentemente reconhecida como o regime supletivo de contratação internacional, cada vez mais importante na medida em que vai se aprofundando o processo de globalização.

E, ao final, se fará a análise econômica da regra da previsibilidade com o objetivo, primeiramente, de se verificar se ela de fato promove eficiência econômica (tornando o contrato mais eficiente) e se a sua previsão influencia o comportamento das partes, incentivando a revelação de informações relevantes. E, na medida em que a previsibilidade do dano é um conceito jurídico indeterminado, cujo desafio da doutrina e especialmente da jurisprudência é dar a ele contornos mais concretos e objetivos, se analisará decisões judiciais e arbitrais que aplicaram e interpretaram a regra da previsibilidade do dano no âmbito da CISG para, depois, avaliar, também mediante a análise econômica do Direito, a forma como o posicionamento de juízes e árbitros sobre a referida regra afeta os custos de transação dos negócios comerciais internacionais.

O tema que se pretende estudar, além de enorme relevância acadêmica, tem grande interesse e aplicabilidade prática, especialmente diante da crescente participação do Brasil no comércio internacional e no cenário socioeconômico mundial. Em que pese a limitação da responsabilidade pela previsibilidade do dano não estar mais inserida no Código Civil brasileiro, a CISG, que adotou a referida regra, foi recentemente ratificada pelo Brasil e passou a vigorar no país a partir de 01 de abril de 2014.

Uma vez que a CISG foi internalizada no país, ela se aplica aos contratos de compra e venda de mercadorias cujas partes tenham estabelecimento em países diferentes, independentemente da nacionalidade, nos casos em que as partes não optem expressamente pela sua não aplicação, no exercício da faculdade que lhe atribui o art. 6º da Convenção. Constitui, pois, direito brasileiro aplicável a todas as operações dessa natureza regidas pela legislação nacional, sendo de extrema importância que os operadores conheçam a fundo as suas disposições.

CONCLUSÃO

Como restou demonstrado ao longo deste estudo, o critério para limitar a responsabilidade do devedor que ganhou maior aceitação internacional é o da previsibilidade do dano. A limitação legal do dano em termos de previsibilidade foi racionalizada pela primeira vez por Charles Dumoulin e, mais tarde, a ideia foi generalizada por Pothier, que já naquela época relacionava a previsibilidade do dano ao risco expresso ou tacitamente assumido pelo devedor ao tempo do contrato. Tendo em vista que o critério da previsibilidade do dano foi adotado não somente nos países de *Common Law*, como também em diversos sistemas jurídicos de Direito codificado, por influência francesa, os redatores dos instrumentos internacionais que visam à harmonização do direito dos contratos também se viram incentivados a adotar o referido critério de limitação de responsabilidade.

Diante da ampla adoção internacional do critério da previsibilidade do dano contratual para limitar a responsabilidade do devedor, e especialmente diante da sua adoção no Direito do Comércio Internacional, analisou-se o que vem a ser a exigência da previsibilidade do dano e a forma como tal regra é interpretada e aplicada tanto pela doutrina como pela jurisprudência. O objetivo central deste estudo foi avaliar se a regra da previsibilidade do dano contratual ressarcível é um método eficaz de limitação dos danos e se atende às modernas exigências do Comércio Internacional.

Previamente à análise econômica da regra da previsibilidade apresentou-se brevemente a sua origem histórica e, em seguida, se adentrou a fundo nas noções gerais e nuances da regra, examinando-se inicialmente o sentido geral da limitação. Verificou-se que não se deve confundir a previsibilidade como medida de limitação dos danos ressarcíveis com a previsibilidade que se inclui no conceito de culpa, que indica a possibilidade de prever que a própria conduta causará danos. Verificou-se, também, que não se deve confundir a regra da previsibilidade com a exigência de causalidade.

Diante da presença do elemento previsibilidade na teoria da causalidade adequada, e tendo em vista que parte da doutrina percebe a previsibilidade como um critério para trazer o ressarcimento dentro do limite de normalidade, alguns autores aproximam a teoria da causalidade adequada ao critério da previsibilidade do dano contratual. Outros, porém, defendem que a limitação dos danos indenizáveis, segundo o critério da previsibilidade, é diferente da adequação causal. Como se viu, em que pesem os argumentos em sentido

contrário, parece correto afirmar que a causalidade adequada não equivale a qualquer exigência da previsibilidade dos danos ressarcíveis por parte do devedor.

A previsibilidade do dano é critério autônomo, aplicado na definição dos danos que são ou não indenizáveis, depois de já superada a questão da causalidade (é uma etapa seguinte). Como ponderado, o critério da previsibilidade do dano restringe (limita) a responsabilidade do devedor, sem prescindir do nexo de causalidade, sendo uma restrição adicional. Com a regra da previsibilidade busca-se retirar da indenização todas as consequências imprevisíveis para o devedor no momento da conclusão do contrato, mesmo aquelas abstratamente ressarcíveis. Embora causados adequadamente pelo não cumprimento do contrato, os danos podem ser absolutamente imprevisíveis no momento da contratação, especialmente na determinação concreta dos riscos assumidos, razão pela qual não poderão ser ressarcidos.

O critério da previsibilidade tem por função limitar o ressarcimento ao risco calculado no momento da celebração do contrato, considerando que os contratantes assumiram obrigações conscientes, avaliando preventivamente os riscos relacionados a uma possível falha da operação econômica. Ademais, a previsibilidade é uma exigência que se refere, sobretudo, a um momento diverso, qual seja, o da conclusão do contrato, e não o do descumprimento.

Em seguida, analisou-se a teoria do fim tutelado pelo contrato, que está bastante em voga na mais recente doutrina alemã da Responsabilidade Civil. Trata-se da teoria segundo a qual a distinção entre os danos indenizáveis e não indenizáveis se deve fazer, não em obediência ao pensamento da causalidade adequada ou da previsibilidade do dano, mas em vista dos reais interesses tutelados pelo fim do contrato, no caso da responsabilidade contratual, ou pelo fim da norma legal, no caso da responsabilidade extracontratual.

Como se viu, o art. 162, nº 4, do Projeto Preliminar do Código Europeu dos Contratos, exprime a doutrina do fim de proteção tutelado pelo contrato, restringindo a responsabilidade do devedor aos danos que devem razoavelmente reconduzir-se à esfera de risco assumida implicitamente quando da conclusão do contrato. Como ponderado, apesar da CISG e dos Princípios Unidroit não terem adotado expressamente no seu texto a doutrina do fim protegido pelo contrato, a função de alocação de risco constantemente atribuída à regra da previsibilidade no âmbito desses dois instrumentos, indica que a referida regra está de toda forma relacionada à natureza e finalidade do contrato, e que a

parte infratora só poderá ser responsabilizada na medida em que a sua responsabilidade estiver dentro do âmbito de proteção do contrato.

Em seguida foram apresentados os fundamentos (contratual e econômico) do critério da previsibilidade. Verificou-se que a limitação da reparação aos danos contratuais previsíveis tem como um dos fundamentos a vontade dos contratantes, pois se os contratos obrigam porque são desejados pelas partes, é natural que, no caso de descumprimento, só tenham lugar as indenizações que tenham sido desejadas, expressa ou implicitamente, pelos mesmos contratantes. Tendo em vista que a existência e o conteúdo do contrato se medem de acordo com o consentimento, parece lógico que esta também seja a medida dos riscos que se contemplam e se assumem no contrato.

A justificativa mais aceita da regra da previsibilidade do dano contratual está na função de atribuir o risco de uma maneira justa e razoável. Seu objetivo é tornar possível às partes calcular o risco e suas possíveis responsabilidades, pois se no momento da celebração do contrato a parte previu ou deveria ter previsto uma determinada perda, poderia ter agido em conformidade com a exclusão ou redução da sua responsabilidade potencial, com a aquisição de seguro, com o aumento do benefício a ser obtido a partir do contrato ou, até mesmo, se recusando a celebrar o contrato.

Normalmente as partes adotam condutas econômicas conscientes e assumem os riscos inerentes. Quando da celebração do negócio as partes preveem ou deveriam prever as consequências da inexecução do contrato, razão pela qual não podem ser responsabilizadas por danos imprevisíveis. As partes inserem no âmbito de proteção do contrato tudo aquilo que puderam prever ao tempo da celebração do negócio jurídico e a isso se estende a sua responsabilidade.

Além do fundamento contratual a regra da previsibilidade tem fundamento econômico, uma vez que por meio dela se busca favorecer a assunção de compromissos contratuais, incentivar a prestação de informações por parte dos credores, sem, contudo, incrementar excessivamente as indenizações. Como se viu, a inexistência da regra resultaria em efeitos negativos, especialmente em disputas comerciais internacionais, pois permitir a compensação dos danos contratuais imprevistos aumentaria o custo da responsabilidade, o que constituiria um freio à atividade econômica.

A limitação da responsabilidade aos danos contratuais previsíveis libera o devedor de um peso excessivo do risco das obrigações que assume, facilitando a celebração de

contratos cujos custos se incrementariam notadamente se o devedor tivesse que assumir e se assegurar contra riscos que não podia prever no momento da celebração do contrato. A regra de previsibilidade incentiva a atividade comercial e também busca fomentar a prestação de informações por parte dos credores, já que cria um incentivo para que o credor revele fatos de seu conhecimento que fariam com que o custo da violação fosse mais alto do que o imaginado.

Após a verificação dos fundamentos da regra da previsibilidade do dano, ressaltou-se que quanto ao objeto da previsibilidade, o âmbito de riscos que se exige do devedor não deve apenas ser fixado em relação às causas ou tipo do dano, mas também à sua extensão, não se exigindo, contudo, uma precisa e detalhada previsibilidade do dano, tampouco o montante exato da perda, sendo necessário apenas que o devedor reconheça que a quebra do contrato produzirá a perda em seu tipo e extensão.

Com relação ao momento da previsibilidade, restou assente que se deve estabelecer se um dano é ou não previsível quando da celebração do contrato e não durante a sua execução ou descumprimento. As negociações conducentes à celebração do contrato podem durar um determinado período de tempo, mas o momento relevante do ponto de vista da previsibilidade é aquele em que o contrato entrou em vigor, sendo irrelevante se o devedor se tornou ciente ou deveria ter se tornado ciente de riscos adicionais depois desse preciso ponto no tempo.

Constatou-se ainda no presente estudo que em diversos países de Direito codificado a limitação da responsabilidade aos danos previstos ou previsíveis beneficia apenas o devedor não doloso, sendo que o devedor que descumpre com dolo deverá indenizar integralmente o credor, sem qualquer redução ou exclusão do dano em razão da imprevisibilidade. Esse tratamento diferenciado, contudo, é desconhecido no sistema de *Common Law* e não foi adotado pela Convenção de Viena e pelos Princípios Unidroit.

Como se destacou, parece acertada a opção da CISG e dos Princípios Unidroit em não excepcionar a limitação da responsabilidade aos danos previstos ou previsíveis quando a parte tenha agido com dolo ou negligência grave. Isto porque, especialmente no Direito do Comércio Internacional, não parece razoável que a alocação de responsabilidade da parte inadimplente, que depende diretamente do risco explícita ou implicitamente assumido no contrato, seja afetada se o descumprimento for ou não intencional. Permitir a compensação dos danos imprevistos ou imprevisíveis quando o devedor agiu com dolo ou

negligência grave aumentaria os custos da responsabilidade, o que constituiria um freio à atividade econômica.

Demonstrou-se, também, neste estudo, que a limitação dos danos indenizáveis, segundo o critério da sua previsibilidade, se encontra presente em diversas ordens jurídicas ocidentais para as quais irradiou por influência francesa. No Brasil, contudo, a limitação aos danos previsíveis, apenas com relação aos lucros cessantes, que constava do parágrafo único do art. 1.059 do Código de 1916, não foi reproduzida no Código Civil de 2002. De toda forma, em 01 e abril de 2014, o Brasil ratificou a CISG, que adotou o critério da previsibilidade, razão pela qual é de extrema importância que se conheça a fundo as suas disposições.

Constatou-se, ademais, que o critério da não reparação do dano contratual imprevisível também se encontra consagrado nos países do sistema de *Common Law*, e que diante da sua popularidade entre os sistemas domésticos e de sua adequação percebida às necessidades de Comércio Internacional, foi introduzido nos instrumentos internacionais de uniformização do Direito dos Contratos. Viu-se que a previsibilidade do dano como critério limitador do dano indenizável aparece nos Princípios de Direito Europeu dos Contratos (PECL), no *Draft Common Frame of Reference* (DCFR), no *Common European Sales Law* (CESL) e no Projeto do Código Europeu dos Contratos, no qual se encontra mesclado com a doutrina do fim protegido pelo contrato.

Como se destacou, a inclusão da regra da previsibilidade do dano nessas iniciativas de consolidação e harmonização do Direito deixa assente a aceitação geral desse critério de limitação de ressarcimento de danos nos países europeus e indica, com certa segurança, a conveniência de sua adoção também no Direito do Comércio Internacional. Dada a compatibilidade entre a disciplina nos países de *Common Law* e naqueles de tradição romanística, não surpreende que a previsibilidade do dano como critério limitador da responsabilidade do devedor se faça presente no âmbito do Comércio Internacional.

Nesse contexto, analisou-se dois dos principais instrumentos de harmonização normativa do Comércio Internacional: os Princípios Unidroit e, mais profundamente, a CISG, que é referência normativa para os contratos internacionais entre signatários que representam dois terços do comércio mundial.

Como se viu, os Princípios Unidroit estabelecem regras gerais para contratos comerciais internacionais e refletem a tendência contemporânea de criação de um direito

transnacional próprio das relações comerciais internacionais, tendo como principal objetivo prover os agentes do Comércio Internacional de normas uniformes, versando os vários aspectos da relação contratual. Considerando que os Princípios Unidroit buscam enunciar as melhores soluções adaptadas às exigências do comércio internacional, a adoção da previsibilidade do dano como critério limitador do ressarcimento do dano evidencia a sua ampla aceitação no Direito Contratual Internacional.

A CISG também adotou o critério da previsibilidade, procurando manter o equilíbrio econômico entre as partes no momento da reparação de um prejuízo. Conforme se verificou, a regra da previsibilidade prevista no art. 74 da CISG, tal como ocorre com os Princípios Unidroit, emprega um padrão objetivo e outro subjetivo ao estabelecer que a indenização não poderá exceder a perda que a parte inadimplente tinha, ou deveria ter previsto, no momento da conclusão do contrato. Leva em conta os fatos dos quais tinha ou devesse ter tido conhecimento naquele momento, como consequência possível do descumprimento do contrato.

Ao aplicar o padrão subjetivo deve-se avaliar o conhecimento dos fatos e as questões relevantes pela parte faltante, enquanto que na aplicação do padrão objetivo a questão decisiva é se uma pessoa razoável, colocando-se no lugar da parte e consciente das circunstâncias no momento da celebração do contrato, poderia ter previsto o dano. O conhecimento (real e imputado) é parte integrante do teste de previsibilidade, sendo que elementos como a alocação de riscos de acordo com o contrato, a finalidade do contrato, e o seu escopo de proteção devem ser levados em consideração.

Ao exigir a previsibilidade do dano, a CISG deixa claro que estão em jogo as expectativas legítimas das partes que possam ser objetivamente extraídas do contexto do contrato ou da contratação. O propósito da regra da previsibilidade do dano é limitar o risco de responsabilidade àquilo que a parte devedora levou em consideração no momento da conclusão do contrato, que lhe permitiu considerar aceitar o risco, contratar seguro ou até a mesmo se abster de contratar. A função de alocação de risco de uma maneira justa e razoável permite concluir que a regra da previsibilidade do dano contratual está relacionada à própria natureza e finalidade do contrato, podendo a parte infratora ser responsabilizada apenas na medida em que a sua responsabilidade esteja dentro do âmbito de proteção do contrato.

Para que se possa buscar a perda que a parte inadimplente tinha ou deveria ter previsto no momento da celebração do contrato, como consequência possível do seu

descumprimento, devem-se considerar fatos dos quais ela tinha conhecimento ou poderia ter tido conhecimento (previsibilidade presumida). Devem ser analisadas, assim, as condições em que o negócio foi firmado, o propósito da contratação e as informações que a parte lesada tinha disponibilizado para a parte inadimplente.

Conforme se destacou, para se verificar os fatos que a parte inadimplente tinha conhecimento, deve ser analisada a linguagem empregada entre as partes nas suas conversas, as trocas de correspondências, as atitudes e comportamentos, as circunstâncias do caso, as negociações havidas entre as partes, as práticas estabelecidas entre elas, os usos, etc. Deve-se considerar, ainda, o que a parte inadimplente tinha ou deveria ter previsto, levando em conta a sua experiência no mercado. E, também, deve-se considerar se a parte lesada alertou ou chamou a atenção da parte inadimplente sobre as possíveis consequências do inadimplemento antes ou no momento da celebração do contrato.

Após o estudo detalhado da regra da previsibilidade do dano na CISG, realizou-se a análise econômica da referida regra com o fim de avaliar a sua eficiência econômica, especialmente no Direito do Comércio Internacional, e de verificar se ela tem sido aplicada de forma eficiente por juízes e árbitros, de modo a reduzir os custos de transação para os agentes.

Analisou-se, primeiramente, o modelo econômico básico que explica o fundamento e os efeitos da regra da limitação da responsabilidade aos danos previstos ou previsíveis. Conforme se constatou, dentro do referido modelo a regra que limita a indenização aos danos previstos ou previsíveis no momento da celebração do contrato tem como atrativo, em termos de eficiência, o incentivo que suscita nos credores minoritários (que mais valorizam a prestação), minimizando os custos de transação de ajuste eficiente dos termos do contrato às verdadeiras características dos contratantes.

A vantagem primordial da regra da responsabilidade limitada aos danos previstos ou previsíveis é o efeito de incentivo à transmissão de informação do credor ao devedor, que permite a este último adaptar o seu comportamento de prestação às verdadeiras características dos distintos tipos de credores com os quais contrata, sendo incontestável o ganho de eficiência derivada desse ajuste às especificidades dos contratantes. A responsabilidade limitada procura este efeito, reduzindo os custos de transação associados à revelação de informação, já que coloca o incentivo precisamente onde é menos custoso em termos globais: no grupo minoritário, que valoriza a prestação acima da valoração majoritária no conjunto da população de credores. Quando, no entanto, os custos de

transação forem suficientemente elevados para excluir a revelação de informações e também para excluir um equilíbrio contratual de separação, a regra de responsabilidade limitada perde atrativo, uma vez que induz níveis inferiores de precaução na execução da prestação se comparada aos desejáveis pela população de credores.

Também ficou evidenciado no presente estudo que mesmo fora do modelo simplificado a regra da limitação da responsabilidade aos danos contratuais previstos ou previsíveis oferece um incentivo vigoroso para que o promissário revele informação ao promitente durante a celebração do contrato, já que se o promissário não informa o promitente a respeito de um prejuízo extraordinário decorrente do descumprimento da promessa, será penalizado com o não ressarcimento dos prejuízos imprevistos ou imprevisíveis. A adoção da regra da previsibilidade induz o credor a adotar a conduta economicamente mais eficiente no momento da celebração do contrato, já que com ela o credor passa a ter interesse em cooperar e transmitir informações.

Ao diminuir a assimetria de informações entre credor e devedor reduzem-se os custos de transação, uma vez que os contratantes se veem incentivados a estabelecer uma negociação sobre possíveis riscos associados à elaboração e execução do contrato, reduzindo esses riscos e protegendo-os de perdas incomuns ou excessivas, promovendo eficiência econômica e incentivando a atividade comercial. A regra que limita a reparação aos danos contratuais previstos ou previsíveis também favorece a assunção de compromissos contratuais, pois não incrementa excessivamente as indenizações. A inexistência da regra resultaria em efeitos negativos, especialmente em disputas comerciais internacionais, pois permitir a compensação dos danos contratuais imprevistos aumentaria o custo da responsabilidade, o que constituiria um freio à atividade econômica.

Restou evidenciado, pois, que a regra da previsibilidade do dano de fato promove eficiência econômica (torna o contrato mais eficiente) e a sua previsão influencia o comportamento das partes, incentivando a revelação de informações relevantes por parte do credor e permitindo que o devedor assuma o grau de precaução adequado ao risco concreto do caso.

Tendo em vista que a regra da previsibilidade do dano confere ampla margem de discricionariedade aos juízes e árbitros e deve ser aplicada e interpretada com o fim de remover as barreiras legais e promover o Comércio Internacional, analisou-se, ainda, as decisões judiciais e arbitrais que aplicaram e interpretaram a regra da previsibilidade do dano no âmbito da CISG, avaliando-se, em seguida, mediante a Análise Econômica do

Direito, a forma como o posicionamento de juízes e árbitros sobre a referida regra afeta os custos de transação dos negócios comerciais internacionais.

Os precedentes analisados que aplicaram a regra da previsibilidade sem grandes surpresas, dentro do que se pode esperar dos tribunais arbitrais e judiciais ao aplicar e interpretar um conceito jurídico indeterminado como a previsibilidade do dano, assim como as tentativas de sistematização das decisões e a identificação de tipos de casos que servem como norte para as partes e para os operadores do Direito, acabam incentivando o cumprimento dos contratos e a celebração de novos negócios e inibem, de certa forma, condutas oportunistas da parte que pretende descumprir o contrato.

Quanto maior o grau de incerteza, maiores seriam os incentivos para que as empresas alterassem os seus padrões negociais ou simplesmente diminuíssem a sua participação em atividades econômicas, reduzindo, conseqüentemente, a geração de riqueza social. Nessa lógica, o posicionamento de juízes e árbitros se insere numa sistemática contratual eficiente, criando um sistema de desincentivos para as partes adotarem comportamentos oportunistas durante a vigência da relação contratual.

É fato que muitas das decisões analisadas não discutem a fundo a questão da previsibilidade, limitando-se a definir algumas questões como previsíveis e outras não, e que algumas decisões, de maneira criticável, mesclam a CISG com leis domésticas para definir os danos como previsíveis ou não. Em que pese tais fatos, que realmente podem gerar certa insegurança jurídica, não se identificou grandes distorções na aplicação da regra da previsibilidade.

Não se pode negar que com a ampla discricionariedade conferida aos julgadores na aplicação da regra da previsibilidade, muitas vezes é dado um tratamento flexível à referida regra, decidindo-se de acordo com o bom-senso, o que pode inegavelmente resultar em alguma insegurança jurídica, mas o fato é que a aplicação da regra invariavelmente depende da análise feita caso a caso, até porque a previsibilidade deve ser aferida levando-se em consideração fatos dos quais a parte em falta tinha conhecimento ou poderia ter tido conhecimento e de acordo com o que as partes acordaram expressa ou tacitamente no contrato.

As ponderações necessárias para se buscar identificar tais questões inevitavelmente dependerão de uma análise do caso concreto por parte do julgador que, como se viu, inclusive é desejável, já que apesar de as iniciativas de sistematização das decisões que

aplicaram a regra da previsibilidade do dano contratual no âmbito da CISG e de divisão em grupos de caso serem bastante úteis, não poderão ser desconsideradas as circunstâncias particulares do caso específico.

Por todo o exposto, conclui-se que ao aplicar e interpretar a regra da previsibilidade do dano apropriadamente e sem grandes distorções, sempre dentro do campo de interpretação que um conceito dessa natureza exige, os tribunais estatais e arbitrais geram externalidades positivas para todos os agentes econômicos que se beneficiam com os custos de transação.

Concluiu-se, ainda, que ao imprimir à regra da previsibilidade do dano interpretação apropriada e consentânea aos negócios internacionais, juízes e árbitros contribuem para a segurança jurídica e colaboram com o Comércio Internacional, diminuindo os custos de transação dos negócios internacionais.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR DIAS, José de. **Da responsabilidade civil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1973, v. II.
- _____. **Da responsabilidade civil**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.
- ÁGUILA, Ramón Dominguez. Los límites al principio de reparación integral. **Revista Chilena de Derecho Privado**, dez. 2010, n. 15, pp. 9-28.
- ALOY, Antoni Vaquer. La indemnización de daños contractuales en la propuesta de reglamento sobre un derecho común Europeo de la compraventa (CESL). **Revista de Derecho Civil** (Estudios), enero-marzo, 2015, v. II, n. 3.
- ALPA, Guido. Trattato di Diritto Civile. **La responsabilità civile**. Milão: Giuffrè, 1999.
- ALVIM, Agostinho. **Da inexecução das obrigações**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1955.
- ARAÚJO, Fernando. **Teoria econômica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.
- AYRES, Ian; GERTNER, Robert. **Filling gaps in incomplete contracts: an economic theory of default rules**. Yale L. J., 1989, v. 99.
- _____; _____. **Strategic contractual inefficiency and optimal choice of legal rules**. Yale L. J., 1992, v. 101, pp. 729-773.
- AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Estudos e pareceres de direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BARNETT, Randy. **Contracts**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.
- BEBCHUK, Lucian Arye; SHAVELL, Steven. Information and the Scope of Liability for Breach of Contract: the Rule of Hadley v. Baxendale. **J. of Law, Econ. & Org.**, 1991, v. 7, pp. 284-312.
- BENTO SOARES, Maria Ângela; MOURA RAMOS, Rui Manuel. **Contratos internacionais**. Coimbra: Almedina, 1995.
- BERKOWITZ, Daniel; MOENIUS, Johannes; PISTOR, Karherina. Legal institutions and international trade flows. **Michigan Journal of International Law**, 2004, n. 26.
- BEVILAQUA, Clovis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado**. Rio de Janeiro: Rio, 1958.
- BONELL, Michael Joachim. **The Unidroit Principles and CISG**. Disponível em: <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/bonell.html>. Acesso em: 25 jun. 2015.
- _____. The Unidroit Principles of International Commercial Contrats: Why? What? How? **Tulane Law Review**. New Orleans, 1994-1995, v. 69, pp. 1121-1147.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CHENGWEI, Liu. **Remedies for non-performance**: perspectives from CISG, Unidroit Principles & PECL. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cisg/biblio/chengwei-74.html#14-2>. Acesso em: 25 jun. 2015.

COASE, Ronald H. The problem of social cost. **Journal of Law and Econ.**, 1960, v. 3.

_____. The nature of the firm. **The firm, the market and the law**. University of Chicago Press, 1990.

_____. The problem of social cost. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

COELHO, Francisco Manuel Pereira. O nexo de causalidade na responsabilidade civil. **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**. Suplemento IX, 1951.

_____. **O problema da causa virtual na responsabilidade civil**. Coimbra: Almedina, 1998.

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. **Direito & Economia**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. **Direito das obrigações**. 9ª ed. Coimbra: Almedina, 2003.

COUTO E SILVA, Clóvis. Dever de indenizar. In: FRADERA, Vera (Org.). **O direito privado brasileiro na visão de Clóvis Couto e Silva**. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

CRUZ, Gisela Sampaio da. **O problema do nexo causal na responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

DANTAS, Santiago. **Programa de Direito Civil II**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1978.

DARKEY, Joanne M. A U.S. Court's Interpretation of damage provisions under the U.N. Convention on Contracts for the International Sale of Goods: a preliminary step towards an international jurisprudence of CISG or a missed opportunity? **Journal of Law and Commerce**, 1995-1996, v. 15.

DI GRAVIO, Valerio. **Prevedibilità del danno e inadempimento doloso**. Milano: Giuffrè, 1999.

DJAKHONGIR, Saidov. **Methods of limiting damages under the Vienna Convention on Contracts for the International Sale of Goods**. Disponível em: <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/saidov.html#ii>. Acesso em: 04 nov. 2016.

EISELEN, Sieg. **Remarks on the manner in which the Unidroit Principles of International Commercial Contracts May be used to interpret or supplement article 74 of the CISG**. Disponível em: <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/principles/uni74.html#se15>. Acesso em: 21 jul. 2016.

EISENBERG, Melvin Aron. The principle of Hadley v. Baxendale. **California Law Review**, v. 80. Disponível em: <http://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1779&context=californialawreview>. Acesso em: 16 nov. 2016.

ENDERLEIN, Fritz; MASKOW, Dietrich. **International Sales Law**. Disponível em: <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/enderlein.html#art74>. Acesso em: 03 jul. 2015.

EÖRSI, Gyula. **General provisions**. Disponível em: <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/eorsi1.html>. Acesso em: 15 abr. 2016.

FERRARI, Franco. Comparative ruminations on the foreseeability of damages in Contract Law. **Lousiana Law Review**, 1993, v. 53, n. 4. Disponível em: <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/ferrari9.html>. Acesso em: 27 ago. 2016.

_____. Foreseeability under Article 74 CISG. In: SAIDOV & CUNNINGHAM (Eds). **Contract damages: domestic and international perspectives**, 2008.

FRADA, Manuel Carneiro da. **Teoria da confiança e responsabilidade civil**. Coimbra: Almedina, 2007.

FRADERA, Vera Maria Jacob de. A saga da uniformização da compra e venda internacional: da *lex mercatoria* à Convenção de Viena de 1980. In: MENEZES, Wagner (Org.). **O direito internacional e o direito brasileiro: homenagem a José Francisco Rezek**. Ijuí, RS: Ed. da Unijuí, 2004.

_____. A contribuição da CISG (Convenção de Viena Sobre os Contratos de Compra e Venda Internacional) para a atualização e flexibilização da noção de contrato no direito brasileiro. **Revista de Arbitragem e Mediação**, jul./set. 2012, v. 34.

FRANÇOIS, Clément. Présentation des articles 1231 à 1231-7 de la nouvelle sous-section 5. **La réparation du préjudice résultant de l'inexécution du contrat**. Disponível em: <https://iej.univ-paris1.fr/openaccess/reforme-contrats/titre3/stitre1/chap4/sect5/ssect5-responsabilite-contractuelle/>. Acesso em: 02 jan. 2017.

GALGANO, Francesco. **Diritto privato**. Pádua: Cedam, 1998.

GAMA Jr., Lauro. **Contratos Internacionais à luz dos Princípios do Unidroit 2004**. São Paulo: Renovar, 2006.

_____. **Os princípios do Unidroit relativos aos Contratos do Comércio Internacional: uma nova dimensão harmonizadora dos contratos internacionais**. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/esp/95-142%20Gama.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2016.

GANDOLFI, Giuseppe (Org.). **Código europeu dos contratos**. Projeto Preliminar. Curitiba: Juruá, 2008.

GERMANY. **Schiedsgericht der Handelskammer** [Arbitral Tribunal] Hamburg, 21 March 1996. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/960321g1.html>. Acesso em: 27 jun. 2015.

GOMES, Luiz Roldão de Freitas. **Elementos de responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015, v. 4.

GOTANDA, John Y. **Opinion 6**. Disponível em <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/CISG-AC-op6.html>. Acesso em: 19 abr. 2016.

_____. **Damages in Lieu of Performance Because of Breach of Contract**. Villanova University School of Law Public Law and Legal Theory. Working paper no. 2006-8 July 2006. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=917424. Acesso em: 08 nov. 2016.

_____. **UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)**. Editado por Stefan Kroll, Loukas Mistelis e Pilar Perales Viscasillas. Munique: C.H. Beck. Hart. Nomos, 2011.

HADLEY & ANOR v BAXENDALE & ORS [1854] EWHC Exch J70 (23.02.1854). Disponível em: <http://www.bailii.org/ew/cases/EWHC/Exch/1854/J70.html>. Acesso em: 25 jun. 2015.

HEUZÉ, Vincent. **La vente internationale de marchandises**. Ed. LGDJ, 2000.

HIDALGO, Carmen Domínguez. **El daño moral**. Santiago: Editorial de Chile, 2000.

HONNOLD, John O. **Uniform Law for International Sales under the 1980 United Nations Convention**. 4ª ed. Holanda: Kluwer Law International, 2009.

HUBER, Peter; MULLIS, Alasair. **The CISG – A new textbook for students and practitioners**. Munique: Sellier European Law Publishers, 2007.

JORGE, Fernando Pessoa. **Ensaio sobre os pressupostos da responsabilidade civil**. Coimbra: Almedina, 1999.

JOURDAIN, Patrice. **Rapport introductoire**. Paris: Petites Affiches, nov. 2002, v. 232.

KATZ, Avery. Remedies for breach of contracts under CISG. **International Review of Law and Economics**. Meppel, 2006, v. 25.

KLEIN, Benjamin. Contracts and incentives: the role of contracts terms in assuring performance. In: WERIN, L.; WIJKANDER, R. **Contract economics**. Oxford: Blackwell, 1992.

KNAPP, Victor. Article 74. In: BIANCA-BONELL. **Commentary on the International Sales Law**. Giuffrè: Milan, 1987, pp. 538-548. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cisg/biblio/knapp-bb74.html>. Acesso em: 03 nov. 2016.

KONERU, Phanesh. **The international interpretation of the UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods: an Approach Based on General Principles**. Disponível em <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/koneru.html>. Acesso em: 15 abr. 2016.

KUYVEN, Fernando; PIGNATTA, Francisco Augusto. **Comentários à Convenção de Viena**. Compra e Venda Internacional de Mercadorias. São Paulo: Saraiva, 2015.

LAUDE, Anne. **L'obligation de minimiser son propre dommage existe-t-elle em droit privé français?** Paris: Petites Affiches, nov. 2002, v. 232, pp. 55-60.

LOPES, Christian Sahb Batista. **Mitigação dos prejuízos no Direito Contratual**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MAGALHÃES, José Carlos de. **O mundo como empresa global**. Aspectos relevantes da ordem internacional. São Paulo: Grua, 2016.

MARTINS-COSTA, Judith. **Comentários ao novo Código Civil**. Do inadimplemento das obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2009, v. V, tomo II.

MAZEAUD, Henri; MAZEAUD, Léon; TUNC, André. **Traité théorique et pratique de la responsabilité civile délictuelle et contractuelle**. Tome III. 5e. éd. Paris: Montchrestien, 1958.

MENDONÇA, Diogo Naves. **Análise econômica da responsabilidade civil**. O dano e a sua quantificação. São Paulo: Atlas, 2012.

MENEZES CORDEIRO, Antônio. **Da responsabilidade civil dos administradores das sociedades comerciais**. Lisboa: Lex, 1997.

MENEZES LEITÃO, Luís Teles. **Direito das obrigações**. Coimbra: Almedina, 2003, v. I.

MENEZES, Wagner. **Ordem global e transnormatividade**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2005.

_____. O direito internacional contemporâneo e a teoria da transnormatividade. In: MENEZES DIREITO, Carlos Alberto; CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto; PEREIRA, Antônio Celso Alves (Orgs.). **Novas perspectivas do direito internacional contemporâneo** – Estudos em homenagem ao professor Celso D. de Albuquerque Mello. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

MONTEIRO, Jorge Ferreira Sinde. **Responsabilidade por conselhos, recomendações ou informações**. Coimbra: Almedina, 1989.

_____. Responsabilidade civil: o novo Código Civil do Brasil face ao direito português, às reformas recentes e às atuais discussões de reforma na Europa. **Revista Brasileira de Direito Comparado**, 2º semestre de 2002, n. 23.

MOTA PINTO, Paulo. **Interesse contratual positivo e interesse contratual negativo**. Coimbra: Coimbra Ed., 2008.

NALIN, Paulo; STEINER Renata C. **Compra e venda internacional de mercadorias: a Convenção das Nações Unidas sobre Compra e Venda Internacional de Mercadorias**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

NEIRA, Lilian C. San Martín. **La carga del perjudicado de evitar o mitigar el daño**. Estudio histórico-comparado. Bogotá: Universidad Externato de Colombia, 2012.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2010.

NORTH, Douglass. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Institutions. **Journal of Econ. Perspectives**. Winter 1991, v. 5, n. 1, pp. 97-112.

OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto. **Estudo sobre o não cumprimento das obrigações**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2009.

ORTSCHEIDT, Jérôme. **La reparation du dommage dans l'arbitrage commercial international**. Paris: Dalloz, 2001.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

PICHONNAZ, Pascal. **Prévisibilité du dommage et damnum extra rem**. Disponível em: http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1021-545X2014000200020. Acesso em: 02 jan. 2017.

PIGNATTA, Francisco Augusto. **Comentários à Convenção de Viena de 1980**. Disponível em: <http://www.cisg-brasil.net/doc/fpignatta-art7.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2016).

PINORI, Alessandra; CORRADI, Elisabetta. Il principio della riparazione integrale del danno. In: VISINTINI, Giovanna (Org.). **Risarcimento del danno contrattuale ed extracontrattuale**. Milan: Giuffrè, 1999.

PINTO, José Emílio Nunes. O dano e a determinação de sua causação no contexto dos contratos de grandes obras de engenharia. **Conversas sobre arbitragem**. Instituto de Estudos Culturalistas. Canela, RS, 16 nov. 2013.

POMAR, Fernando Gómez. **Previsión de daños, incumplimiento e indemnización**. Madrid: Civitas, 2002.

POSNER, Eric. **Análise econômica do Direito Contratual**. Sucesso ou fracasso? Tradução e adaptação ao direito brasileiro: Luciano Benetti Timm, Cristiano Carvalho e Alexandre Viola. São Paulo: Saraiva, 2010.

POSNER, Richard A. The econ. approach to law. **Texas Law Review**, 1975, v. 53, n. 4.

POTHIER, Robert Joseph. **Tratado das obrigações**. Tradução de Adrian Sotero de Witt Batista e Douglas Dias Ferreira. Campinas, SP: Servanda, 2001.

REFORME DU DROIT DES CONTRATS: quelles innovations? **Revue des Contrats**. Lextenso, avril 2016.

SAIDOV, Djakhongir. Foreseeability of Damages. **In the Law of Damages in International Sales: the CISG and other International Instruments**. Hart Publishing, 2008. Disponível em <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/saidov5.html>. Acesso em: 03 jul. 2015.

SALAMA, Bruno Meyerhof. O que é direito e economia? In: TIMM, Luciano B. (Org.). **Direito e economia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

_____. **O que é pesquisa em Direito e Economia?** Disponível em: https://works.bepress.com/bruno_meyerhof_salama/19/. Acesso em: 20 out. 2016).

_____. In: POSNER, Eric. **Análise econômica do Direito Contratual**. Sucesso ou Fracasso? São Paulo: Saraiva, 2010.

_____; PUGLIESE, Antonio Celso Fonseca. A economia da arbitragem: escolha racional e geração de valor. In: JOBIM, Eduardo; MACHADO, Rafael Bicca (coords). **Arbitragem no Brasil** – Aspectos jurídicos relevantes. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira Sanseverino. **Princípio da reparação integral**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SCHLECHTRIEM, Peter; WITZ, Claude. **Convention de Vienne sur les Contrats de Vente Internationale de Marchandises**. Paris: Dalloz, 2008.

_____; SCHWENZER, Ingeborg. **Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)**. 3ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.

_____; _____. **Comentários à Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias**. Coordenação de Ingeborg Schwenger, Eduardo Grebler, Vera Fardera e Cesar A. Guimarães Pereira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil: da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SCHWENZER, Ingeborg; HACHEM, Pascal. In: SCHLECHTRIEM & SCHWENZER. **Comentários à Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias**. Coordenação de Ingeborg Schwenger, Eduardo Grebler, Vera Fradera e Cesar A. Guimarães Pereira. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

_____; HACHEM, Pascal. **The CISG – A story of worldwide success**. Disponível em: https://ius.unibas.ch/uploads/publics/9587/20110913164502_4e6f6c6e5b_746.pdf. Acesso em: 25 jun. 2015.

SÉRIAUX, Alain. **Droit des obligations**. 2ª ed. Paris: PUF, 1998.

SILVA, Jorge Cesar Ferreira da. **Inadimplemento das obrigações**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

SILVA, Manuel Gomes da. **O dever de prestar e o dever de indemnizar**. Lisboa, 1944, v. I.

SMORTO, Guido. **Il danno da inadempimento**. Pádua: Cedam, 2005.

STEINER, Renata Carlos. **Resolução do Contrato e Reparação de Danos na Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG)**. Disponível em: <http://www.cisg-brasil.net/downloads/concurso/RenataSteiner.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2016.

STOLL, Hans. Comentário ao art. 74 da Convenção das Nações Unidas sobre a venda internacional de mercadorias. In: SCHLECHTRIEM, Peter (Org.). **Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)**. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 1998.

SZTAJN, Rachel. Law and economics. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel (Orgs). **Direito e economia** – Análise econômica do direito e das organizações. São Paulo: Campus/ Elsevier, 2005.

_____. Comércio Internacional, Incompletude Contratual e Soft Law. **Arbitragem e comércio internacional**. Estudos em Homenagem a Luiz Olavo Baptista. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

TALCIANI, Hernán Corral. **Contratos y daños por incumplimiento**. Santiago de Chile: Abeledo Perrot, 2010.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloísa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin. **Código Civil Interpretado conforme a Constituição da República**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, v. I.

TIMM, Luciano Benetti; FERREIRA ALVES, Francisco Kümmel. Custos de transação no contrato de seguro: proteger o segurado é socialmente desejável? **Revista de Direito Público da Economia**, 2007, v. 19, pp. 125-158.

_____; MOSER, Luiz Gustavo Meira. A Convenção de Viena sobre a compra e venda internacional de mercadorias (CISG) em perspectiva de uma Análise Econômica. **Revista de Arbitragem e Mediação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, abril-junho 2013, n. 37.

TRIPODI, Leandro. **Interpretação da CISG**: contexto, lex forismo, uniformidade e o intuito do legislador convencional. Disponível em: <http://www.cisg-brasil.net/doc/ltripodi1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

TUCCARI, Emanuele. La prevedibilità del danno come criterio di equilibrio contrattuale. **Rivista Mensile de Le Nueve Leggi Civili Commentate**, set. 2012, n. 9, pp. 565-579.

VALCAVI, Giovanni. **Sulla prevedibilità del danno da inadempienza colposa contrattuale**. Disponível em: http://www.fondazione_giovannivalcavi.it/scritti/capitoli/diritto-civile3.pdf. Acesso em: 04 out. 2016.

VARELA, João de Matos Antunes. **Das obrigações em geral**. 10ª ed. Coimbra: Almedina, 2009, v. I.

VINEY, Geneviève. La responsabilité: effets. In: GHESTIN, Jacques (Org.). **Traité de droit civil**. Paris: LGDJ, 1998.

VISCASILLA, Maria del Pilar Perales. **El contrato de compraventa internacional de mercancías** (Convención de Viena de 1980). Disponível em: <http://cisg3.la.pace.edu/cisg/biblio/perales1-74.html>. Acesso em: 27 jun. 2015.

VISINTINI, Giovanna. L'inadempimento delle obbligazioni: risarcimento del danno. In: RESCIGNO, Pietro (dir.). **Trattato di diritto privato** (obbligazioni e contratti). Torino: UTET, 1984, v. IX.

_____; PINORI, Alessandra. La nozione di danno e le tecniche risarcitorie. In: VISINTINI, Giovanna (Org.). **Risarcimento del danno contrattuale di extracontrattuale**. Milan: Giuffrè, 1999.

VON BAR, Christian; CLIVE, Eric; SCHULTE-NOLKE, Hans. **Principles, definitions and model rules of European Private Law: Draft Common Frame of Reference (DCFR)**. Interim Outline Edition. Munique: Sellier, 2008.

WALD, Arnaldo; COSTA, José Augusto Fontoura; VIEIRA, Máira de Melo. O impacto da Convenção de Viena sobre a Compra e Venda Internacional de Mercadorias no Direito Brasileiro: visão geral. **Revista de Arbitragem e Mediação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, abr./jun. 2013, n. 37.

WILLIAMSON, Oliver E. **Markets and hierarchies**. New York: The Free Press, 1975.

_____. **The Economic Institutions of Capitalism**. New York: The Free Press, 1985.

_____. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, n. 36, p.269-296, jun. 1991.

_____. **The mechanisms of governance**. Oxford/New York: Oxford University, 1996.

WILSON, Carlos Pizarro. **Breves notas sobre el daño frente a la concurrencia de responsabilidades**. Anales Derecho UC, 3, 2008.

YAZBEK, Otavio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ZAMORANO, Marcelo Barrientos. Los daños extrapatrimoniales que se previeron o pudieron prever al tempo del contrato. **Revista Chilena de Derecho**, 2007, v. 34, n. 1.

ZANETTI, Cristiano de Souza. O risco contratual. In: LOPES, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; RODRIGUES JÚNIOR, Otavio Luiz (Coords.). **Sociedade de risco e direito privado**. São Paulo: Atlas, 2013.

ZIMMERMANN, Reinhard. **Limitation of liability for damages in European Contract Law**. Disponível em: https://www.academia.edu/12680057/LIMITATION_OF_LIABILITY_FOR DAMAGES_IN EUROPEAN CONTRACT LAW REINHARD_ZIMMERMANN>. Acesso em: 07 jul. 2015.

ZYLBERSZTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel (Orgs.). **Direito e Economia**. Análise Econômica do Direito e das Organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Sites visitados

CISG. Convenção de Viena das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias. Corte de Apelação de Hamm (Precedente ULIS). Alemanha, 23 de março de 1978. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/780323g1.html>.

_____. Alemanha, 10 de junho de 1980, primeira instância de Essen, Alemanha (Precedente ULIS). Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/800610g1.html>.

_____. Alemanha, 27 de janeiro de 1981, primeira instância de Heidelberg (Precedente ULIS). Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/810127g1.html>.

_____. Alemanha, 3 de junho de 1983, primeira instância de Konstanz (Precedente ULIS). Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/830603g1.html>.

_____. Alemanha, 14 de maio de 1993, primeira instância de Aachen. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/930514g1.html>.

_____. Alemanha, 23 de junho de 1995, primeira instância, Munique. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/950623g1.html>.

_____. Alemanha, 21 de setembro de 1995, primeira instância, Kassel. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/950921g1.html>.

_____. Alemanha, 21 de maio de 1996. Tribunal de Apelação, Colônia. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/960521g1.html>.

_____. Alemanha, 8 de janeiro de 1997. Tribunal de Apelação de Colônia. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/970108g1.html>.

_____. Alemanha, 13 de março de 1997, primeira instância de Berlim. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/970313g1.html>.

_____. Alemanha, 13 de janeiro de 1999. Tribunal de Apelação de Bamberg. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/990113g1.html>.

_____. Alemanha, 23 de outubro de 2000. Tribunal de Apelação de Dresden. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/001023g1.html>.

_____. Alemanha, 13 de setembro de 2006. Tribunal de Berlim. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/060913g1.html>.

_____. Alemanha, 29 de maio de 2012. Primeira instância, Colônia. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/120529g1.html>.

_____. Argentina, 7 de outubro de 2010. Câmara Comercial Nacional de Apelação de Buenos Aires. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/101007a1.html>.

_____. Austrália, 17 de janeiro de 2003. Suprema Corte do Oeste da Austrália. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/030117a2.htm>.

_____. Austrália, caso “*Downs Investments v. Perwaja Steel*”. Disponível em: <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/001117a2.html> e <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/060913g1.html>.

_____. Áustria, 6 de fevereiro de 1996. Suprema Corte. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/960206a3.html>.

_____. Áustria, 28 de abril 2000. Suprema Corte. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/000428a3.html>.

_____. Áustria, 14 de janeiro de 2002. Suprema Corte. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/020114a3.html>.

_____. China, 25 de fevereiro de 1993. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/070630c1.html>.

_____. China, 20 de dezembro de 1993. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/931220c1.html>.

_____. China, 17 de junho de 1994. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/940617c1.html>.

_____. China, 11 de agosto de 1994. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/940811c1.html>.

_____. China, 5 de setembro de 1994. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/940905c2.html>.

_____. China, 19 de setembro de 1994. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/940919c1.html>.

_____. China, 25 de setembro de 1994. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/941025c1.html>.

_____. China, 22 de março de 1995. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/950322c1.html>.

_____. China, 28 de abril de 1995. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/950428c1.html>.

_____. China, 8 de março de 1996. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/960308c1.html>.

_____. China, 2 de maio de 1996. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/960502c1.html>.

_____. China, 6 de agosto de 1996. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/960806c1.html>.

_____. China, 7 de novembro de 1996. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/961107c1.html>.

_____. China, 18 de dezembro de 1996. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/961218c1.html>.

_____. China, 4 de abril de 1997. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/970404c1.html>.

_____. China, 23 de abril de 1997. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/970423c1.html>.

_____. China, 4 de julho de 1997. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/970704c1.html>.

_____. China, 7 de julho de 1997. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/970707c1.html>.

_____. China, 10 de julho de 1997. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/970710c1.html>.

_____. China, 23 de julho de 1997. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/970723c1.html>.

_____. China, 5 de agosto de 1997. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/970805c1.html>.

_____. China, 28 de novembro de 2001. Superior Tribunal Popular da Província de Jiangsu. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/011128c1.html>.

_____. China, 4 de fevereiro de 2002. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/020204c1.html>.

_____. China, 9 de setembro de 2002. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/020909c1.html>.

_____. China, 4 de novembro de 2002. Superior Tribunal Popular de Xangai. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/020909c2.htm>.

_____. China, 29 de setembro de 2004. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/040929c1.html>.

_____. China, 22 de agosto de 2005. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/050822c1.html>.

_____. China, 9 de novembro de 2005. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/051109c1.html>.

_____. China, abril de 2006. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/060400c2.html>.

_____. China, 25 de julho de 2006. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/060725c1.html>.

_____. China, 3 de agosto de 2006. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/060803c1.html>.

_____. China, 30 de junho de 2007. Procedimento Arbitral CIETAC. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/070630c1.html>.

_____. Case n. 22 U 4/96 Appellate Court Köln (Germany) 21 May 1996 (Used car case). Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/960521g1.html>.

_____. Disponível em: http://www.cisg.law.pace.edu/cgi-bin/isearch?DATABASE=cases2&SEARCH_TYPE=ADVANCED&ISEARCH_TERM=articles/74&ELEMENT_SET=TITLE&MAXHITS=500.

_____. Espanha, 10 de março de 2009. Tribunal de Apelação de Madrid. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/090310s4.html>.

_____. Espanha, 24 de abril de 2009. Tribunal de apelação de Alicante. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/090424s4.html>.

_____. Estados Unidos, 6 de dezembro de 1995. Tribunal Federal de Apelação (2º Circuito). Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/951206u1.html>.

_____. Estados Unidos, 3 de abril de 2009. Justiça Federal, Washington. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/090403u1.html>.

_____. Estados Unidos, 7 de novembro de 2011. Justiça Federal de Flórida, primeira instância. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/111107u1.html>.

_____. Estados Unidos, 10 de dezembro de 2014. Justiça Federal, primeira instância, Texas. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/141210u1.html>.

_____. Finlândia, 5 de novembro de 1996, primeira instância, Kuopio. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/961105f5.html>.

_____. Finlândia, 12 de novembro de 1997. Tribunal de apelação de Turku. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/970117f5.html>.

_____. Finlândia, 26 de outubro de 2000. Tribunal de apelações de Helsinki. Disponível em: <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/001026f5.html>.

_____. Finlândia, 24 de maio de 2005. Corte de apelação de Turku. Disponível em: <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/050524f5.html>.

_____. Foreign Trade Court of Arbitration attached to the Serbian Chamber of Commerce, Serbia, 30 October 2006 (*Trolleybus case*). Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/061030sb.html>.

_____. Foreign Trade Court of Arbitration attached to the Serbian Chamber of Commerce, Serbia, 1 October 2007 (*Timber case*). Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/071001sb.html>.

_____. França, 18 de setembro de 2008. Tribunal de apelação de Lyon. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/080918f1.html>.

_____. França, 17 de fevereiro de 2015. Corte de Cassação. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/150217f1.htm>.

_____. Grécia. Decisão 4505/2009. Membros da Corte de Primeira instância, Atenas. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/094505gr.html>.

_____. Holanda, 1 de março de 2006. Corte Distrital de Arnhem. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/060719n1.html>.

_____. Holanda, 21 de março de 2006. 4. Corte de Apelação de Arnhem. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/060321n1.html>.

_____. Hungria, 22 de novembro de 2007. Tribunal de recursos de Szeged. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/071122h1.html>.

_____. Instituto de Direito Comercial Internacional da Escola de Direito de Pace. Disponível em: <http://www.cisg.law.pace.edu/>.

_____. Israel, 22 de agosto de 1993. Suprema Corte. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/930822i5.html>.

_____. Procedimento Arbitral CCI nº 7.585, de 1992. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/927585i1.html>.

_____. Procedimento Arbitral CCI nº 8.769, de dezembro de 1996. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/968769i1.html>.

_____. Procedimento Arbitral CCI nº 8.611, de 23 janeiro de 1997. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/978611i1.html>.

_____. Procedimento Arbitral CCI nº 9.187, de junho de 1999. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/999187i1.html>.

_____. Procedimento Arbitral CCI, 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/991220i1.html>.

_____. República da Coreia, 23 de fevereiro de 2009. Suprema Corte de Seul. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/090223k3.html>.

_____. Rússia, 16 de março de 1995. Procedimento arbitral 155/1994. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/950316r1.html>.

_____. Rússia, 12 de março de 1996. Procedimento arbitral 166/1995. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/960312r1.html>.

_____. Rússia, 5 de março de 1998. Procedimento arbitral 160/1997. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/980305r2.html>.

_____. Rússia, 15 de agosto de 2003. Procedimento arbitral 57/2001. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/030815r1.html>.

_____. Rússia, 28 de maio de 2004. Procedimento arbitral 175/2003. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/040528r1.html>.

_____. Rússia, 17 de junho de 2004. Procedimento arbitral 186/2003. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/040617r1.html>.

_____. Rússia, 23 de dezembro de 2004. Procedimento arbitral 97/2004. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/041223r1.html>.

_____. Rússia, 27 de maio de 2005. Procedimento arbitral 95/2004. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/050527r1.html>.

_____. Rússia, 13 de abril de 2006. Procedimento arbitral 105/2005. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/060413r1.html>.

_____. Sérvia, 30 de outubro de 2006. Tribunal Arbitral estrangeiro vinculado à Câmara de Comércio da Sérvia. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/061030sb.html>.

_____. Sérvia, 23 de janeiro de 2008. Tribunal Arbitral estrangeiro vinculado à Câmara de Comércio da Sérvia. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/080123sb.html>.

_____. Sérvia, 15 de junho de 2010. Tribunal Arbitral estrangeiro vinculado à Câmara de Comércio da Sérvia. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/100615sb.html>.

_____. Suíça, 2009, 26 de abril de 1995. Tribunal comercial de Zurique. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/950426s1.html>.

_____. Suíça, 28 de outubro de 1998. Suprema Corte. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/981028s1.html>.

_____. Suíça, 3 de dezembro 2002. Tribunal Comercial de St. Gallen. Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/021203s1.html>.

_____. Suíça, 12 de março de 2004. Tribunal de Willisau. Disponível em: <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/040312s1.html>.

_____. Disponível em: <http://www.cisg-brasil.net/doc/egrebler2.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

_____. ULIS (Case n. VIII ZR 210/78 Supreme Court (Germany) 24 October 1979 (*Cheese case*)). Disponível em: <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/791024g1.html>.

_____. **Convenção das Nações Unidas Sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias**. Disponível em: <http://www.cisg-brasil.net/doc/ExplNoteCISGTradAmadeusOrleans-Final.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. France. Disponível em: <http://www.cisg-france.org>.

_____. CISG-online.ch. Disponível em: <http://www.cisg-online.ch/>.

EUR-LEX. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011PC0635& from= EN>. Acesso em: 01 set. 2016.

GLOBAL SALES LAW. Faculdade de Direito da Universidade de Basel (Suíça). Disponível em: <http://www.globalsaleslaw.org>.

UNCITRAL. The United Nations Commission on International Trade Law. Digest of case law on the United Nations Convention on the International Sale of Goods. Disponível em: <http://www.uncitral.org/pdf/english/clout/CISG-digest-2012-e.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. Disponível em: <http://www.uncitral.org/pdf/english/texts/sales/cisg/V1056997-CISG-e-book.pdf>.

_____. Secretaria da Comissão das Nações Unidas sobre Direito do Comércio Internacional. Disponível em: <http://www.uncitral.org/clout/index.jsp>.

_____. Disponível em: http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/sale_goods/1980_CISG_status.html.

UNIDROIT. International Institute for the Unification of Private Law. **Principles of International Commercial Contracts 2010**. Published by the International Institute for the Unification of Private Law, Rome. Disponível em: <http://www.unidroit.org/instruments/commercial-contracts/unidroit-principles-2010/406-chapter-7-non-performance-section-4-damages/1034-article-7-4-4-foreseeability-of-harm>.

_____. Disponível em: <http://www.unidroit.org/about-unidroit/overview>.

_____. Princípios Unidroit. Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/principles/contracts/principles2010/translations/blackletter2010-portuguese.pdf>.

UNILEX. Disponível em: <http://www.unilex.info/>.

_____. Disponível em: <http://www.unilex.info/case.cfm?pid=2&do=case&id=700&step=FullText>.

ANEXO

DECISÕES SELECIONADAS QUE APLICARAM O ART. 74 DA CISG

DATA DA DECISÃO	JURISDIÇÃO	TRIBUNAL	NÚMERO DO CASO	LINK
23/3/1978	Alemanha	OLG Hamm [OLG = Oberlandesgericht = Provincial Court of Appeal]	2 U 30/77	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/780323g1.html
24/10/1979	Alemanha	Bundesgerichtshof [Federal Supreme Court]	VIII ZR 210/78	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/791024g1.html
10/6/1980	Alemanha	LG Essen [LG = Landgericht = District Court]	45 O 237/79	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/800610g1.html
27/1/1981	Alemanha	LG Heildeberg	O 116/81	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/810127g1.html
6/10/1992	Alemanha	LG Berlin	103 O 70/92	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/921006g1.html
1992	Arbitragem; ICC	Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce	7585 of 1992	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/927585i1.html
25/2/1993	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1993/05	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/930225c1.html
14/5/1993	Alemanha	LG Aachen	43 O 136/92	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/930514g1.html
3/6/1983	Alemanha	LG Konstanz	3 HO 55/83	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/830603g1.html
22/8/1993	Israel	Supreme Court	3912/90	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/930822i5.html
17/9/1993	Alemanha	OLG Koblenz	2 U 1230/91	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/930917g1.html

20/12/1993	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] [PRC]	CISG/1993/13	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/931220c1.html
1994	Arbitragem; ICC	Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce	7531 of 1994	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/947531i1.html
17/6/1994	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] [PRC]	CISG/1994/08	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/940617c1.html
11/8/1994	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] [PRC]	CISG/1994/09	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/940811c1.html
5/9/1994	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] [PRC]	CISG/1994/10	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/940905c2.html
9/9/1994	Estados Unidos	U.S. District Court, Northern District of New York [federal court of 1st instance]	88-CV-1078	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/940909u1.html
6/12/1995		U.S. Circuit Court of Appeals (2d. Cir.) [federal appellate court]	Nos. 185, 717, Dockets 95- 7182, 95-7186	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/951206u1.html
19/9/1994	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] [PRC]	CISG/1994/11	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/940919c1.html
25/10/1994	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] [PRC]	CISG/1994/13	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/941025c1.html
16/3/1995	Arbitragem; Rússia	Tribunal of International Commercial Arbitration at the Russian Federation Chamber of Commerce and Industry	155/1994	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/950316r1.html
22/3/1995	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] [PRC]	CISG/1995/05	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/950322c1.html

26/4/1995	Suiça	HG Zürich	HG 920670	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/950426s1.html
28/4/1995	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] [PRC]	CISG/1995/08	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/950428c1.html
23/6/1995	Alemanha	AG München	271 C 18968/94	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/950623g1.html
21/9/1995	Alemanha	LG Kassel	11 O 4261/94	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/950921g1.html
6/2/1996	Áustria	Oberster Gerichtshof [Supreme Court]	10 Ob 518/95	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/960206a3.html
8/3/1996	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] [PRC]	CISG/1996/12	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/960308c1.html
12/3/1996	Arbitragem; Rússia	Tribunal of International Commercial Arbitration at the Russian Federation Chamber of Commerce and Industry	166/1995	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/960312r1.html
21/3/1996	Arbitragem; Alemanha	Schiedsgericht der Handelskammer [Arbitral Tribunal] Hamburg	Partial award of 21 March 1996	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/960321g1.html
2/5/1996	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] [PRC]	CISG/1996/21	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/960502c1.html
21/5/1996	Alemanha	OLG Köln	22 U 4/96	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/960521g1.html
6/8/1996	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1996/35	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/960806c1.html
16/8/1996	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1996/39	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/960816c1.html

4/9/1996	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1996/41	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/960904c1.html
26/10/1996	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1996/49	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/961026c1.html
5/11/1996	Finlândia	Käräjäoikeus [= KO = District Court] of Kuopio	95/3214	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/961105f5.html
7/11/1996	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1996/50	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/961107c1.html
18/11/1996	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1996/56	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/961218c1.html
25/11/1996	Arbitration ; P.R. China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC), Shanghai Commission	CISG/1996/02	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/961125c1.html
28/11/1996	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1996/54	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/961128c1.html
12/1996	Arbitragem; ICC	Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce	8769 of December 1996	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/968769i1.html
1/1997	Arbitragem; ICC	Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce	8786 of January 1997	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/978786i1.html
8/1/1997	Alemanha	OLG Köln	27 U 58/96	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/970108g1.html
17/1/1997	Finlândia	Tampere Court of First Instance	95/11193	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/970117f5.html

12/11/1997	Finlândia	Turku Court of Appeal		http://cisgw3.law.pace.edu/cases/971112f5.html
23/1/1997	Arbitragem; ICC	Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce	8611/HV/JK	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/978611i1.html
13/3/1997	Alemanha	AG Berlin-Tiergarten	2 C 22/97	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/970313g1.html
4/4/1997	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1997/04	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/970404c1.html
24/4/1997	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1997/07	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/970423c1.html
7/5/1997	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1997/12	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/970507c1.html
25/6/1997	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1997/16	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/970625c1.html
25/6/1997	Alemanha			-
27/6/1997	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1997/18	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/970627c1.html
4/7/1997	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1997/19	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/970704c1.html
7/7/1997	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1997/20	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/970707c1.html

10/7/1997	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1997/21	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/970710c1.html
23/7/1997	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1997/23	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/970723c1.html
5/8/1997	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1997/25	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/970805c1.html
18/8/1997	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1997/26	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/970818c1.html
1998	Stockholm Chamber of Commerce	Arbitration Institute of the Stockholm Chamber of Commerce	107/1997	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/980107s5.html
5/3/1998	Arbitragem; Russia	Tribunal of International Commercial Arbitration at the Russian Federation Chamber of Commerce and Industry	160/1997	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/980305r2.html
31/3/1998	Alemanha	OLG Hamm	8 U 46/97	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/980331g1.html
22/6/1998	China	Second Intermediate People's Court [District Court] of Shanghai	Indisponível	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/980622c1.html
28/10/1998	Suiça	Bundesgericht [= BGer = Supreme Court] , 1. Zivilabteilung	4C.179/1998/odi	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/981028s1.html
26/11/1998	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1998/06	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/981126c1.html

6/1/1999	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1999/04	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/990106c1.html
13/1/1999	Alemanha	OLG Bamberg	3 U 83/98	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/990113g1.html
12/2/1999	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1999/08	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/990212c1.html
12/2/1999	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/1999/09	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/990212c2.html
28/5/1999	Arbitragem; P.R. China	China International Economic & Trade Arbitration Commission (CIETAC), Shenzhen Commission	CISG/1999/02	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/990528c1.html
6/1999	Arbitragem; ICC	Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce	9187 of June 1999	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/999187i1.html
27/7/1999	Arbitragem; Rússia	Tribunal of International Commercial Arbitration at the Russian Federation Chamber of Commerce and Industry	302/1996	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/990727r1.html
20/12/1999	Arbitragem; ICC	Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce	Indisponível	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/991220i1.html
31/12/1999	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC), Shenzhen Commission	CISG/1999/32	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/991231c1.html
2000	Hungria	Supreme Court of Hungary	Legf. Bir. Gf1.30.299/2000	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/000000h2.html

02/01/2000	Arbitragem; PR China	China International Economic & Trade Arbitration Commission (CIETAC)	CISG/2000/01	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/000201c1.html
24/01/2000	Arbitragem; Federação Russa	Tribunal of International Commercial Arbitration at the Russian Federation Chamber of Commerce and Industry	54/1999	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/000124r1.html
31/01/2000	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2000/09	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/000131c1.html
28/04/2000	Austria	Oberster Gerichtshof [Supreme Court]	1 Ob 292/99v	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/000428a3.html
06/06/2000	Arbitragem; Federação Russa	Tribunal of International Commercial Arbitration at the Russian Federation Chamber of Commerce and Industry	406/1998	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/000606r1.html
15/09/2000	Suiça	BGer [= Bundesgericht = Supreme Court]	4C.105/2000	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/000915s2.html
23/10/2000	Alemanha	OLG Dresden [OLG = Oberlandesgericht = Appellate Court]	2 U 1181/00	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/001023g1.html
26/10/2000	Finlândia	Helsingin hovioikeus [Helsinki Court of Appeals]	S 00/82	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/001026f5.html
17/11/2000	Australia	Supreme court of Queensland	Civil Jurisdiction No. 10680 of 1996	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/001117a2.html
10/12/2001	Australia	Supreme Court of Queensland, Court of Appeal		http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/011010a2.html

07/12/2000	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2000/14	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/001207c1.html
12/06/2001	França	CA Colmar [CA = Cour d'appel = Appellate Court]	1 A 199800359	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/010612f1.html
28/08/2001	Estados Unidos [federal court]	U.S. District Court, Northern District of Illinois, Eastern Division [federal court of 1st instance]	99 C 4040	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/010828u1.html
19/11/2002	Estados Unidos [federal court]	U.S. Circuit Court of Appeals (7th Cir.) [federal appellate court]		http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/021119u1.html
28/11/2001	China	High People's Court [Appellate Court] of Jiangsu Province	-	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/011228c1.html
21/12/2001	Alemanha	LG Hamburg [LG = Landgericht = District Court]	419 O 48/01	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/011221g1.html
14/01/2002	Austria	OGH [= Oberster Gerichtshof = Supreme Court]	7 Ob 301/01t	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/020114a3.html
24/01/2002	Austria	OLG Graz [OLG = Oberlandesgericht = Provincial Court of Appeal]	4 R 219/01k	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/020124a3.html
02/01/2002	Arbitragem; Rússia	Tribunal of International Commercial Arbitration at the Russian Federation Chamber of Commerce and Industry	234/2000	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/020201r1.html
02/04/2002	Arbitragem; China	China International Economic and Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC), Shenzhen Commission	CISG/2002/03	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/020204c1.html

09/09/2002	Arbitragem; China	China International Economic and Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2002/22	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/020909c1.html
09/09/2002	China	Shanghai Yangpu District People's Court	Indisponível	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/020909c2.html
11/04/2002	Arbitragem; China	China International Economic and Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2002/08	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/021104c1.html
11/06/2002	Arbitragem; China	China International Economic and Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2002/25	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/021106c1.html
12/03/2002	Suiça	HG St. Gallen [HG = Handelsgericht = Commercial Court]	HG.1999.82- HGK	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/021203s1.html
17/01/2003	Australia	Supreme Court of Western Australia	[2003] WASC 11; CIV 1647 of 1998 consolidated by order 12/5/2000	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/030117a2.html
29/01/2003	Estados Unidos [federal court]	U.S. District Court, Northern District of Illinois, Eastern Division [federal court of 1st instance]	01 C 5938	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/030129u1.html
06/03/2003	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2003/01	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/030603c1.html
19/06/2003	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2003/09	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/030619c1.html
15/08/2003	Arbitragem; Rússia	Tribunal of International Commercial Arbitration at the Russian Federation Chamber of Commerce and Industry	57/2001	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/030815r1.html

17/09/2003	Arbitragem; China	China International Economic and Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2003/14	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/030917c1.html
20/10/2003	Suiça	Kantonsgericht [District Court] Schaffhausen	12/2002/108	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/031020s1.html
12/10/2003	Arbitragem; China	China International Economic and Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2003/04	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/031210c1.html
03/12/2003	Suiça	Amtsgericht [County Court] Willisau	38626	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/040312s1.html
29/04/2004	Estados Unidos	United States Bankruptcy Court for the District of Oregon	Bankruptcy Case No. 02-66975- fra11	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/040429u2.html
28/05/2004	Arbitragem; Rússia	Tribunal of International Commercial Arbitration at the Russian Federation Chamber of Commerce and Industry	175/2003	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/040528r1.html
17/06/2004	Arbitragem; Rússia	Tribunal of International Commercial Arbitration at the Russian Federation Chamber of Commerce and Industry	186/2003	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/040617r1.html
29/09/2004	Arbitragem; China	China International Economic and Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2004/05	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/040929c1.html
23/12/2004	Arbitragem; Rússia	Tribunal of International Commercial Arbitration at the Russian Federation Chamber of Commerce and Industry	97/2004	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/041223r1.html
04/07/2005	Arbitragem; China	China International Economic & Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2005/01; Case No. Shen G2004100	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/050704c1.html

24/5/2005	Finlândia	HO Turku [HO = Hovioikeus / hovrätt = Appellate Court]	S 04/1600	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/050524f5.html
27/5/2005	Arbitragem; Rússia	Tribunal of International Commercial Arbitration at the Russian Federation Chamber of Commerce and Industry	95/2004	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/050527r1.html
22/8/2005	Arbitragem; China	China International Economic and Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2005/13	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/050822c1.html
11/09/2005	Arbitragem; China	China International Economic and Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2005/04	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/051109c1.html
2006	Grécia	Efetiio Lamias [Court of Appeals of Lamia]	63/2006	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/060001gr.html
01/03/2006	Holanda	Rechtbank Arnhem	Zaaknummer / rolnummer: 125903 / HA ZA 05-682	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/060301n1.html
21/3/2006	Holanda	Gerechtshof Arnhem	Rolnummer 03/1021	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/060321n1.html
abr/06	Arbitragem; China	China International Economic and Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2006/21	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/060400c2.html
13/4/2006	Arbitragem; Rússia	Tribunal of International Commercial Arbitration at the Russian Federation Chamber of Commerce and Industry	105/2005	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/060413r1.html
25/7/2006	Arbitragem; China	China International Economic and Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2006/22	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/060725c1.html

08/03/2006	Arbitragem; China	China International Economic and Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2006/15	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/060803c1.html
23/8/2006	Estados Unidos	U.S. District Court, Southern District of New York [federal court of 1st instance]	00 Civ. 5189 (RCC)	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/060823u1.html
13/9/2006	Alemanha	LG Berlin	94 O 50/06	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/060913g1.html
30/10/2006	Arbitragem; Sérvia	Foreign Trade Court of Arbitration attached to the Serbian Chamber of Commerce	T-22/05	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/061030sb.html
Dezembro/2006	Arbitragem; China	China International Economic and Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2006/05	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/061200c2.html
30/6/2007	Arbitragem; China	China International Economic and Trade Arbitration Commission [CIETAC] (PRC)	CISG/2007/04	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/070630c1.html
10/02/2007	Arbitragem; Sérvia	Foreign Trade Court of Arbitration attached to the Serbian Chamber of Commerce	T-8/06	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/071001sb.html
23/10/2007	American Arbitration Association	International Centre for Dispute Resolution of the American Arbitration Association	Case No. 50181T 0036406	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/071023a5.html
16/4/2008	Estados Unidos	U.S. District Court, Southern District of New York [federal court of 1st instance]	08 Civ. 114 (SAS)	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/080416u1.html
26/5/2009	Estados Unidos	U.S. Court of Appeals (2nd Circuit) [federal appellate court]	08-2255-cv	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/090526u1.html
22/11/2007	Hungria	Judicial Board of Szeged [Appellate Court]	Gf.I.30.372.2007 /3	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/071122h1.html

23/01/2008	Arbitragem; Sérvia	Foreign Trade Court of Arbitration attached to the Serbian Chamber of Commerce	T-9/07	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/080123sb.html
03/05/2008	Alemanha	OLG München [OLG = Oberlandesgericht = Provincial Appellate Court]	Indisponível	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/080305g1.html
18/9/2008	França	Cour d'appel de Lyon	07/03304	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/080918f1.html
09/10/2008	Polônia	Supreme Court	V CSK 63/08	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/081009p1.html
8/2/2012				http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/120208p1.html
19/12/2008	Coréia	Seoul Central District Court	2007Gahap9781 0	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/081219k3.html
2009	Grécia	Multi-Member Court of the First Instance of Athens	4505/2009	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/094505gr.html
23/02/2009	Coréia	Seoul High Court	2008Na20319	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/090223k3.html
10/03/2009	Espanha	Audiencia Provincial Madrid, sección 1ª	Recurso de Apelación No. 759/2008	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/090310s4.html
3/4/2009	Estados Unidos	U.S. District Court, Western District of Washington, at Tacoma [federal court of 1st instance]	C 05-5538FDB	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/090403u1.html
24/4/2009	Espanha	Audiencia Provincial de Alicante	Recurso de Apelación No. 72/2009	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/090424s4.html

19/10/2009	Sérvia	Foreign Trade Court of Arbitration attached to the Serbian Chamber of Commerce	T-6/08	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/091019sb.html
13/4/2010	Coreia	Suwon District Court	2008Gahap14769	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/100413k3.html
15/6/2010	Sérvia	Foreign Trade Court of Arbitration attached to the Serbian Chamber of Commerce	T-8/09	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/100615sb.html
15/7/2010	Espanha	Audiencia Provincial de Murcia	439/10	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/100715s4.html
7/10/2010	Argentina	Cámara Nacional de Apelaciones en lo Comercial de Buenos Aires [National Commercial Court of Appeals, Divison "F"]	72597/04	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/101007a1.html
20/4/2011	Australia	Federal Court of Australia	VID 1080 of 2010	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/110420a2.html
21/9/2011	China	Shanghai High People's Court	(2011) Hu Gao Min Er (Shang) Zhong Zi No. 18	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/110921c1.html
7/11/2011	Estados Unidos	U.S. District Court, Southern District of Florida [federal court of 1st instance]	10-80851	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/111107u1.html
29/5/2012	Alemanha	LG Köln	88 O 57/11	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/120529g1.html
10/12/2014	Estados Unidos	U.S. District Court, Southern District of Texas, Houston Division [Federal Court of 1st Instance]	H-07-2950	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/141210u1.html
2/17/2015	França	Cour de Cassation	12-29550, 13-18956, 13.20230	http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/wais/db/cases2/150217f1.html